

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 11/2024
PROCESSO 286/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 033/2023

I– EMENTA

Direito administrativo. Pregão Eletrônico. Registro de Preços. Serviços de manutenção preventiva e corretiva, inspeção técnica, qualificação térmica, calibração e emissão de laudo técnico e ART de equipamentos médicos/laboratoriais, odontológicos, de audiometria, câmaras de vacinas e usinas de oxigênio com fornecimento de peças, com a finalidade de atendimento das necessidades operacionais do CONIMS e da demanda dos municípios consorciados. Lei 14.133/21.

II - DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 33/2023, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa encaminhar os autos para homologação do processo licitatório.

III- RELATÓRIO

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Estudo preliminar e complemento – evento 02 e 05
- 02) pesquisa/cesta de preços – evento 03 a 04
- 03) Solicitação de Contratação– Evento 06
- 04) Parecer Contábil – evento 07
- 05) Ato de Consórcio – evento 08
- 06) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 07) Solicitação de Parecer – evento 10
- 10) Parecer Jurídico– evento 10.1
- 11) Autorização de abertura – evento 11
- 12) publicidade e relação de Itens – eventos 11 e 12
- 13) Esclarecimentos– evento 14 e 14.1
- 14) documentos de habilitação – eventos 15, 16 e 17
- 15) relatório e recursos – eventos 18 e 19
- 16) Solicitação de Parecer – evento 20

É o relatório.

IV– DO PARECER

O presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 14.133/2021) e o edital, não cabendo ao Setor Jurídico questões técnicas e aferição de regularidade da

documentação, salvo se pontuadas pelo Setor consulente, mas à observância do rito em si, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação da licitação.

Também não é o caso de reiterar ressalvas já apontadas no parecer inicial.

Quanto à instrução do processo, cabe ao setor consulente a aferição da regularidade dos documentos e atendimento das exigências do Edital em havendo dúvida acerca de questão a eles pertinente, deve provocar, de forma fundamentada e pontual, esta Assessoria, o que não ocorreu neste caso.

Reputam-se superadas pela Autoridade competente os pontos indicados no Parecer Jurídico, eis que procedida a Autorização de abertura do certame, tal qual a análise dos documentos e requisitos de habilitação e cumprimento de exigência de publicidade pelo agente e equipe de apoio.

De igual forma, a análise da exequibilidade das propostas, objeto de recurso, foi realizada pelo pregoeiro, sob sua responsabilidade, conforme orientação em parecer jurídico.

No mérito, foi adotada a modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para contratação de serviços passíveis de definição por critérios de mercado, considerados comuns nos atos preparatórios do certame.

Conforme relatório de julgamento, todos os itens foram adjudicados.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esta assessora se manifesta, na perspectiva acima delimitada, pelo prosseguimento do feito.

À consideração superior.

Pato Branco, 02 de fevereiro de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313